

Ata n.º 16/2020
da deliberação autônoma do Conselho de Diretores de 18 de dezembro de 2019

Ao décimo oitavo dia do mês de dezembro de dois mil e dezenove, foi aberta votação em reunião virtual no grupo de Whatsapp do Conselho de Diretores do Núcleo de Estudo Luso-Brasileiro da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa às dezoito horas e vinte minutos, proposta pela Secretária-Geral, Maria Eduarda Ribeiro, tendo como objeto a cobrança dos certificados nos eventos, com encerramento no dia dezenove de dezembro de dois mil e dezenove as vinte horas. Foi proposto três modos de votação, o primeiro, em reunião presencial no dia vinte de dezembro de dois mil e dezenove as dez horas, o segundo, por reunião virtual dado a ausência do país de alguns diretores mantendo o mesmo dia e horário, e a terceira opção por deliberação autônoma no grupo de WhatsApp do Conselho de Diretores com encerramento no dia dezenove de dezembro as vinte horas. Foi deliberado a votação pela cobrança dos certificados por deliberação autônoma, tendo participado em votação nominal sete Diretores-Conselheiros, nomeadamente o Diretor Caio Gomes, Diretora Thais Kustank, Diretora Laura Viana, Diretor Luiz Perine, Diretor Caio Escobar, Diretora Catherine Rezende, Diretor André Brito, com seis votos a favor do modo de deliberação autônoma, um voto contra e uma abstenção.

Estão presentes, as dezoito horas no dia dezenove de dezembro de dois mil e dezenove, o Sr. Presidente; a Diretora Catherine Rezende; o Diretor Luiz Perine; o Diretor Caio Escobar; a Secretária-Geral Maria Eduarda Ribeiro; o Diretor André Brito; o Diretor Caio Brilhante. O Sr. Presidente inicia a reunião.

O Sr. Presidente dá início a reunião pedindo que informem se há alguma questão antes da pauta do dia, nada declarado, inicia a pauta unitária acerca da cobrança dos certificados. O Vice-Presidente Heitor Albuquerque entra na reunião as dezoito horas e seis minutos. O Sr. Presidente inicia sua fala explicitando que foi contrário à cobrança pelos certificados no ano passado, no entanto a questão foi trazida no último evento e também durante a eleição, não tendo sido devidamente discutida a questão, sendo assim, coloca que há razões para que seja colocado em pauta a possibilidade de cobrança dos certificados. sendo assim, após as razões, será colocado para discussão e, em seguinte, haverá deliberação, na seguinte ordem: 1) a cobrança em si, 2) o valor da cobrança, 3) a forma de cobrança. Sr. Presidente coloca que a primeira razão é que, de fato, dá trabalho a certificação e demanda tempo. Além disso, a maioria das pessoas apenas pede certificado porque "é gratuito mesmo", desse modo, a cobrança de um valor baixo, como dois euros, pode centrar em quem realmente tenha interesse ou precise do certificado, uma vez que não afastaria as pessoas e nem impediria de pedir o certificado, caso realmente queira ou precise. O Sr. Presidente explicita que no

Luiz Perine

último evento, quatro pessoas perguntaram sobre a certificação e todas não viram problema na taxa e coloca que nos eventos com atraso na entrega dos certificados a entrega dos certificados, normalmente, menos de 10% dos participantes chegaram a perguntar pelo certificado depois. Mas coloca que a cobrança pelos certificados não impedirá eventos com certificação gratuita, como é o caso de parcerias, como a com o THD. As dezoito horas e dez minutos a Diretora Laura Viana entrou na reunião. Aberta, pelo Sr. Presidente, a discussão pela questão da cobrança em si dos certificados, o Diretor Luiz Perine concorda com o Sr. Presidente e diz que pela alta inadimplência de busca do mesmo pelos que o solicitaram, juntamente com os pedidos e produção em alto volume é necessário um valor para a realização dos mesmos, posto isso, coloca seu voto favorável a certificação em si. A Diretora Laura Viana e o Diretor André Brito, seguiram o mesmo sentido de voto. A Diretora Catherine Rezende também seguiu o mesmo sentido de voto e fundamentou com o fato de muitos pedirem o certificado apenas pro não ter custo, o que gera demasiado trabalho. A Secretária-Geral, embora membro sem direito de voto, acrescentou que concorda com a cobrança dos certificados uma vez que, com um valor irrisório a cobrança serviria de filtro. O Diretor Caio Brilhante coloca que atualmente é favorável à cobrança dos certificados, mas que na gestão passada mostrou-se contrário uma vez que entendia que a gratuidade dos eventos foi um dos motivos para a consolidação do NELB na FDUL. Às dezoito horas e trinta e um minutos a Diretora Thais Kustank entrou na reunião. Foi aprovada a cobrança pelos certificados com sete votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção.

O Sr. Presidente avança para o segundo tópico que tem como objeto o valor da cobrança e inclui a emenda, referida minutos antes pelo Vice-Presidente Heitor Albuquerque, quanto à isenção da cobrança dos certificados dos alunos de licenciatura. O Sr. Presidente coloca que a Diretora de Eventos Tais Vilela propôs o valor de dois e três euros, e a Diretora Bruna Lebre propôs à Executiva o valor de um euro. O Vice-Presidente coloca uma observação e pergunta se em nenhum dos casos os certificados serão físicos, o Diretor Caio Brilhante responde que manter-se-á os certificados físicos apenas para os palestrantes, e acrescenta, o Sr. Presidente que por uma questão ambiental os certificados não são impressos, mas que cada participante tem a possibilidade de imprimi-lo. O Diretor Caio Brilhante, Diretora Catherine Rezende, Diretora Laura Viana e Diretor André Brito colocaram-se contrários a total isenção proposta pelo Vice-Presidente Heitor Cavalcanti, e desse modo, foi sugerido pelo Diretor Caio Brilhante a cobrança de um euro para os casos propostos à isenção, e nesse sentido, foi sugerido, pelo Diretor André Brito, um desconto aos alunos da licenciatura, de forma que corresponda à uma gratificação pela presença. A Secretária-Geral sugere que haja uma diferença no valor cobrado aos alunos da licenciatura apenas sob o Estatuto de Estudante Internacional, dado o maior valor das propinas e questiona, se caso seja decidido pela diferenciação de valores, como certificaríamos no início do evento quais são os estudantes sob o Estatuto e quais não são. O Sr. Presidente dá abertura à votação apenas quanto ao valor, de modo que a questão da isenção seja decidida a posteriori, sendo assim, foi aprovado o valor de dois euros para a cobrança dos certificados com seis votos a favor, nenhum contra e uma abstenção da Diretora Thais Kustank. O Sr. Presidente passa à emenda e abre a palavra ao Vice-Presidente que coloca que a questão da cobrança trata-se de um ponto direto e um indireto, respectivamente, a facilidade interna de gestão, onde nossa visão é unânime, mas sempre que é destacado questões financeiras para reduzir acesso à algo, é necessário pensar na imagem da instituição que engloba também se há uma vontade de agregar. Coloca que a questão dos dois euros é considerada uma barreira financeira efetiva, e por isso mesmo será simbólica e assim é necessário

W
W

que seja considerada quando os alunos de licenciatura, que pagam três mil euros por ano, são referidos, quanto à forma de comprovação, coloca que se for para alunos de licenciatura no geral é simples, através do cartão, e se for, para os alunos internacionais é simples também pela apresentação da seção de candidaturas no Fênix. Desse modo, propôs quatro situações, sendo elas: a) Isenção para os alunos brasileiros de licenciatura da FDUL (independentemente de estatuto); b) Isenção para os alunos de licenciatura da FDUL com estatuto de estudante internacional (independentemente de nacionalidade, uma vez que são os que pagam maior propina em toda FDUL); c) Isenção para os alunos de licenciatura da FDUL com estatuto de estudante internacional + alunos de licenciatura da FDUL brasileiros independentemente de estatuto; d) Isenção para os alunos de licenciatura da FDUL. O Diretor Luiz Perine coloca a validade da colocação do Vice-Presidente, mas entende que os certificados não são a finalidade dos eventos, mas sim uma escolha e, não obstante a isso, propõe a redução para um euro para categoria de licenciatura e bolsiros. Já o Diretor Caio Escobar não concorda com a isenção para os alunos de licenciatura uma vez que o valor é simbólico. O Vice-Presidente agradece o comentário pelo comentário, mas destaca que certificados são chaves importantes para alunos de licenciatura e são objetos de grande satisfação para os mesmos e que, o aluno e licenciatura, sabendo que há pagamento e que o mesmo foi isento por consideração do NELB, ganha prestígio do aluno e da instituição. O Diretor Caio Escobar coloca que entendeu o ponto do Vice-Presidente, mas discorda da isenção, optando pela cobrança de dois euros para todos. O Diretor André Brito entende que não deve haver isenção por ser um valor simbólico, mas sugere a redução de um euro para que seja mostrado apreço pela licenciatura. A Diretora de Licenciatura concorda com a posição do Diretora Caio Escobar em que o valor de dois euros deva ser para todos, e acrescenta que mesmo sendo diretora de licenciatura, pensa em relação a logística dos eventos, uma vez que a iniciativa da taxa dos certificados foi justamente para economizar tempo, a Diretora Catherine Rezende concordou com a fundamentação da Diretora Laura Viana. O Vice-Presidente coloca que se o valor é simbólico, ele deve ser em favor dos alunos e não da instituição e pontua que em sua qualidade de não votante, discorda da não-isenção para os alunos de licenciatura, mas sugere que seja aberta a votação acerca do desconto para os alunos da licenciatura. O Sr. Presidente coloca que, caso seja votado pela diferença, seriam todos os alunos da licenciatura. O Vice-Presidente questiona acerca de outros alunos da licenciatura que não são da FDUL. O Sr. Presidente abre para votação acerca da isenção para alunos de licenciatura, a redução de um euro ou a permanência em dois euros, houve empate em três votos a favor de redução para um euro, nomeadamente o Diretor Luiz Perine; o Diretor Caio Brillhante e o Diretor André Brito, e três votos a favor da permanência em dois euros, nomeadamente a Diretora Catherine Rezende; a Diretora Laura Viana e o Diretor Caio Escobar, e a abstenção da Diretora Thais Kustank. Dessa forma, o voto de desempate cabe ao Presidente do Conselho de Diretores que apresenta seu voto em favor da redução para um euro para os alunos da licenciatura e apresentando ponderação de que considera restringir ao âmbito da FDUL.

O Sr. Presidente abre para discussão o terceiro tópico, referente à forma de cobrança dos certificados e explica que este tópico fez com que demorasse para trazer essa questão ao Conselho, uma vez que o NELB não possui conta bancária, coloca que a Diretora Adjunta Tais Vilela sugeriu a cobrança ser feita no momento do credenciamento no dia do evento. O Diretora Caio Brillhante concorda com a cobrança na hora do credenciamento, já a Diretora Catherine Rezende discorda e entende que poderá haver confusão, uma vez que alguns eventos de porte menores não têm um “real credenciamento” e o pagamento no credenciamento envolveria ter troco na fila e coloca que, em